

	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ ATA de Audiência Pública Realizada no Município de Amapá/AP	
---	--	---

1. DADOS DA REUNIÃO:

Data: 19/04/2024	Início: 10h:15:min	Término: 12h:37min	Local: Escola Estadual Vidal de Negreiros
Pauta	1.fomentar o debate e a participação popular na intenção da melhoria do processo de votação nas Eleições Municipais de 2024; 2. participação do eleitor jovem na política; 3. participação feminina e das minorias nos espaços de poder; 4. fake news e deep fake; 5. demais demandas sociais apresentadas.		

2. PARTICIPANTES:

Nome	Cargo	Função
Desembargador João Guilherme Lages Mendes.	Presidente do TRE/AP	Membro do Tribunal
Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, e/e	Membro do Tribunal
Juíza Ariadne de Almeida Alencar Costa	Vice-Diretora da Escola Judicial Eleitoral do Amapá	Membro Substituta do Tribunal
Juíza Thina Luiza D’Almeida Gomes dos Santos Sousa	Juíza-Membro do TRE/AP	Membro do Tribunal

Juiz Rivaldo Valente Freire	Juiz-Membro do TRE/AP	Membro do Tribunal
Juiz Marck William Madureira da Costa	Juiz de Direito da Comarca de Amapá	
Dr. Hélio Paulo Santos Furtado	Promotor de Justiça de Amapá	
Dep. Dayse Marques	Deputada Estadual do Estado do Amapá	
Carlos Sampaio Duarte Nascimento	Prefeito do Município de Amapá	
Vereadora Lidiane Oliveira Nunes	Presidente da Câmara Municipal de Pracuúba	
Vereador Elemar Dias de Moraes	Vice-Prefeito do Município de Pracuúba	

3. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES:

A Mestre de Cerimônias, Mylene Lages, cumprimentou a todos e todas e deu as boas-vindas aos presentes na audiência pública promovida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá nas dependências da Escola Estadual Vidal de Negreiros, na cidade de Amapá, cuja jurisdição pertence à 1ª Zona Eleitoral. Apresentou-se e informou que a audiência pública estava sendo transmitida pelo canal oficial da Justiça Eleitoral do Amapá no YouTube. Comunicou que a audiência pública tinha como objetivo ouvir as cidadãs e os cidadãos dos municípios de Amapá e Pracuúba para fomentar o debate e a participação popular visando a melhoria do processo de votação nas Eleições Municipais de 2024, fomentar a participação dos eleitores jovens, das mulheres e das minorias nos espaços de poder, além de discutir das demandas sociais apresentadas na audiência. Informou que para fazer uso da palavra era necessário se inscrever e dirigir-se ao púlpito ao lado da mesa. Em seguida, informou que a mesa de trabalhos da Audiência Pública seria composta pelos Excelentíssimos Senhores Desembargadores João Guilherme Lages Mendes (Presidente do TRE/AP) e Carlos Augusto Tork de Oliveira (Corregedor Regional Eleitoral, em exercício), pela Excelentíssima Juíza Membro e Vice-Diretora da Escola Judicial Eleitoral do Amapá, Drª Ariadne Alencar, pela Excelentíssima Juíza Membro Thina Sousa, pelo Excelentíssimo Juiz Membro do TRE/AP, Dr. Rivaldo Valente, pelo Excelentíssimo Senhor Marck William Madureira da Costa (Juiz da Comarca de Amapá e da 1ª Zona Eleitoral), pelo Excelentíssimo Senhor Hélio Paulo Santos Furtado (Promotor de Justiça de Amapá), pelo Senhor Prefeito de Amapá Carlos Sampaio, pela Excelentíssima Deputada Estadual Dayse Marques, pela Excelentíssima Senhora Lidiane Oliveira Nunes (Presidente da Câmara Municipal de Pracuúba), pelo Vice-Prefeito do Município de Pracuúba Elemar Moraes. Registrando ainda a presença do Ilustríssimo Senhor Cássio Rodrigo Vereador do município Pracuúba. Mylene Lages expressou sua gratidão à Direção da Escola Estadual Vidal De Negreiros representada por seu Diretor Raimundo Souza Rangel que, juntamente, com sua equipe prestaram todo o apoio para realização desse evento.

Após, repassou a palavra ao Excelentíssimo Presidente do TRE/AP, Des. João Guilherme Lages Mendes.

O Presidente cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Em seguida, saudou o Sr. Prefeito de Amapá, Carlos Sampaio, anfitrião do evento, além de todas as autoridades e membros da comunidade presentes. Também estendeu suas saudações a todos que acompanhavam a transmissão da Audiência Pública através do Canal Youtube do TRE/AP em todo o mundo.

O Sr. Presidente ressaltou que a audiência pública é um momento em que o TRE ouve a comunidade. A intenção da Audiência é planejar as Eleições 2024, naquilo em que a Justiça Eleitoral pode contribuir para prestar o melhor serviço aos cidadãos amapaenses. Enfatizou que o objetivo é reunir-se com as autoridades e, principalmente, ouvir a comunidade local sobre temas eleitorais, da participação do jovem e das mulheres na política, sobre fake news e deepfake e algo que possa ser melhorado a partir da experiência que todos tiveram nas últimas eleições.

O Presidente mencionou exemplos de situações específicas enfrentadas pelos cidadãos durante as eleições passadas, como mudança de localização geográfica e dificuldades relacionadas à mobilidade física. Explicou que essas são questões com as quais a Justiça Eleitoral está comprometida em acompanhá-las e buscar a melhor resolução possível. O Presidente comunicou que essas demandas serão registradas em ata e receberão atenção adequada.

Além das demandas relacionadas à pauta eleitoral, também serão discutidas questões gerais da população, tais como: saneamento básico, água e energia elétrica, conforme experiências anteriores verificadas em Audiências Públicas realizadas em outros municípios.

Destacou que o foco é eleitoral, mas sem prejuízo de outros assuntos, afinal, todos os problemas brasileiros e os problemas municipais não são diferentes, passam por esse processo eleitoral que estamos vivenciando em 2024 com a escolha ou manutenção de prefeitos e vereadores deste ano.

O Presidente comunicou que esta era a primeira vez que o TRE/AP realizava audiência pública para ouvir candidatos e debater com a população local. Enfatizou também a importância em receber críticas construtivas para melhorar o trabalho desempenhado pela Justiça Eleitoral.

Em seguida solicitou a todos que fossem bem objetivos em suas colocações, observações e demandas para que os trabalhos fluíssem naturalmente.

Após registrar e agradecer a presença dos Ilustríssimos Vereadores do município de Pracuúba, Marcelo Alves, Abimael Melo, Francinei Dias e Darinto Oliveira, foi repassada a palavra à mestre de Cerimônia, Mylene Mendes, que apresentou o Senhor Iago Costa dos Santos, representante do Núcleo de Cidadania do Selo UNICEF do Município de Amapá.

1 - O Sr. Iago Santos cumprimentou a todos os presentes em nome do Des. João Lages e em nome da Deputada Estadual Daisy Marques. Ressaltou que representava o Núcleo de Cidadania dos Adolescentes do selo UNICEF, uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para garantir os direitos das crianças e adolescentes. Agradeceu ao Prefeito Carlos Sampaio pela adesão ao programa e mencionou as conquistas anteriores da cidade no contexto desse projeto.

Iago Santos também destacou um marco histórico: em 2 de março de 1988, durante uma Assembleia Nacional no Brasil, a juventude conquistou pela primeira vez o direito ao voto. Com base nesse contexto histórico e nas atitudes dos jovens no movimento estudantil da época, questionou os presentes sobre a opinião em relação à participação dos jovens nos pleitos eleitorais municipais, tanto como candidatos a vereadores quanto como eleitores que escolherão seus representantes políticos nas Eleições 2024.

Em um segundo questionamento relevante para as discussões sobre eleições democráticas e justas, indagou sobre como a disseminação de Fake News - informações falsas - pode influenciar na decisão dos eleitores durante as votações?

O Presidente do TRE/AP respondeu às perguntas formuladas e destacou a importância do jovem no processo eleitoral deste ano, afirmando que, em sua opinião, a juventude será decisiva nessa eleição. Ele ressaltou que, de acordo com os números da Justiça Eleitoral, os jovens na faixa etária de 16 a 18 anos terão um papel crucial na definição dos eleitos, apesar do voto ser optativo para essa faixa etária. O Presidente ainda salientou que a base da pirâmide populacional brasileira é composta por um grande percentual de jovens e enfatizou a responsabilidade desses jovens em definir o futuro político do país.

Ele também mencionou que é importante conscientizar os jovens sobre o poder de decisão que possuem nas urnas e incentivá-los a se interessar pela política eleitoral. Além disso, alertou sobre os riscos das fake news e da manipulação por meio da tecnologia, citando o exemplo da Deepfake como uma ferramenta potencialmente prejudicial no processo democrático.

Por fim, reforçou a importância de escolher políticos comprometidos com o bem-estar social e com ficha limpa. Ele enfatizou que é fundamental avaliar o histórico dos candidatos antes de votar para assegurar uma administração pública eficaz e honesta.

2 - A professora Sandra Abreu, representante do Grupo de Idosos do Município de Amapá, parabenizou o TRE pela realização do evento e incentivou a participação dos jovens na política. Ela clamou por uma maior presença das mulheres na vida política e ressaltou a importância de mais mulheres se candidatarem aos cargos eletivos, visando uma melhora da participação feminina nas próximas eleições. Além disso, defendeu que as mulheres possam ocupar melhores cargos políticos no município e no estado.

A Sr^a. Sandra também destacou que os idosos têm conhecimento para contribuir com o município, mas que os jovens também têm muito a oferecer. Fez um apelo em nome dos dois grupos etários, enfatizando a urgente necessidade de uma creche para as crianças e um espaço para que os idosos possam se reunir,

conversar e desenvolver suas atividades laborais como dançar, jogar e fazer artesanato. Ela relatou que há grupos de dança e atividades artesanais entre os idosos que precisam desse espaço para promover uma melhor qualidade de vida.

Ao concluir sua fala, solicitou registro de seus comentários e parabenizou tanto o TRE/AP quanto os jovens presentes no evento. O Presidente agradeceu à Senhora Sandra Abreu pela participação

3 - Alunos Giovana Dias Silva e Luiz Alexandre, representantes da Escola Vidal de Negreiros, fizeram suas intervenções na audiência.

A aluna Giovana Dias saudou os presentes e defendeu a pauta vencedora em votação na escola: Liberdade, Respeito e Dignidade. Ela ressaltou a necessidade de melhorias na cozinha da escola devido ao espaço inapropriado para o preparo dos alimentos. Informou que o revezamento das turmas durante as refeições prejudicava o aprendizado dos alunos. Propôs uma reforma na estrutura do local para ampliar os espaços tanto no salão das refeições quanto na área de preparo de alimentos. Também relatou problemas com odor nas proximidades decorrentes do transbordamento de uma fossa próxima ao local das refeições.

O aluno Luiz Alexandre cumprimentou os presentes e abordou a pauta do direito ao esporte e lazer na educação. Destacou que todos têm direito à prática desportiva, principalmente os jovens e adolescentes, como previsto no Estatuto da Juventude. Ressaltou que é essencial para a saúde física, psicológica, educacional e cultural dos estudantes. Ele também mencionou estudantes da Escola Vidal de Negreiros destacando-se em modalidades esportivas mesmo enfrentando dificuldades.

O Presidente agradeceu as manifestações apontando que tais demandas não são diretamente relacionadas às atividades eleitorais, mas que seriam encaminhadas ao Prefeito Municipal para as providências adequadas.

O Promotor Hélio Paulo Santos Furtado elogiou as demandas apresentadas pelos alunos e informou que o Ministério Público já está ciente dessas questões. Ele ressaltou que a Escola Vidal de Negreiros é a única do município com ensino integral e que já havia identificado problemas relacionados à falta de espaço adequado para as refeições e às condições da cozinha. O Promotor informou ainda que o Ministério Público já havia feito encaminhamentos e solicitações para a Secretaria de Educação (SEED) tomar providências. Ele se colocou à disposição dos alunos para tratar dessas demandas, inclusive no caso de falta de professores em disciplinas sensíveis.

O Presidente afirmou que as pautas seriam registradas na ata da audiência e que tanto o TRE quanto o Ministério Público dariam os encaminhamentos necessários. Ele também mencionou a possibilidade de utilizar o programa Eleitor do Futuro, como solicitado pela escola, por exemplo, para eleger representantes de turma por meio da urna eletrônica.

O Corregedor Eleitoral, Des. Carlos Tork, sugeriu uma solução jurídica para o problema financeiro da escola Vidal de Negreiros em relação ao recebimento do dinheiro necessário para as reformas na cozinha. Segundo ele, se houver uma iniciativa por parte do Ministério Público, como um inquérito civil público ou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a escola poderá receber os recursos e realizar as melhorias necessárias.

O Presidente aproveitou a oportunidade para lembrar que era Dia do Índio. Aproveitou a oportunidade para pedir cautela aos políticos durante os registros das candidaturas em relação à conveniência étnica, pois tanto o TRE quanto outras entidades estarão atentos aos casos em que candidatos declaram-se negros ou indígenas sem realmente serem.

5 - Maria Aurenny, representante da Comunidade Agrovila em Pracuúba, fez suas considerações na audiência.

Ela saudou a todos e mencionou que trabalha em eleições desde os 18 anos. Observou que os jovens deveriam ser melhor preparados para atuar nas eleições. Sugeriu a necessidade de capacitar os jovens para assumirem funções nas mesas eleitorais no futuro. Destacou que mesmo um jovem com conhecimentos em informática pode enfrentar dificuldades ao atuar como presidente de mesa em uma seção eleitoral. Disse acreditar que é importante preparar esses jovens adequadamente para essa tarefa. Também solicitou mais suporte aos idosos durante o processo eleitoral, especialmente porque alguns ainda desejam exercer seus direitos de voto mesmo aos 80 anos de idade.

O Presidente agradeceu à Sr^a Maria Aurenny por sua contribuição e acatou sua sugestão. Informou sobre o Projeto Jovem Mesário, onde o TRE/AP buscará incluir a participação dessa faixa etária nas mesas de apuração já neste ano, com treinamento adequado. Também mencionou o projeto Caravana da Cidadania, que voltará ainda este ano e fornecerá cursos gratuitos sobre legislação eleitoral para aqueles interessados no pleito, especialmente candidatos. Ele ressaltou a importância desses cursos para compreender as regras do financiamento de campanha e prestação de contas, evitando problemas legais futuros.

O Juiz Marck William cumprimentou os presentes e informou sobre a presença da senhora Maria Aparecida, representante do governo estadual responsável por questões relacionadas aos idosos. Após a audiência pública, ela tratará da criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. O Juiz afirmou que irão conversar com ela juntamente com o promotor e o prefeito após a audiência para discutir esse assunto relevante.

6 - Os alunos Hugo Eleno e Camila Caldas.

Cumprimentaram a todos e ressaltaram que gostariam de solicitar ao TRE a cessão de uma urna eletrônica para a realização da eleição do Grêmio Estudantil. Hugo Eleno informou que no ano de 2022 houve uma eleição na escola, mas que não foi feita com urna eletrônica. Ele solicitou o apoio do TRE para garantir uma eleição digna e democrática com o uso da urna. Por sua vez, Camila Caldas reiterou a necessidade da realização da eleição para escolha dos membros do Grêmio Estudantil, destacando a importância da urna para os estudantes do terceiro ano exercerem seu direito de votar nas próximas eleições. Ela explicou que atender essa demanda afastaria qualquer possibilidade de fraude e manipulação de votos, diferentemente das eleições passadas.

Quanto à solicitação, o Presidente garantiu que o TRE fará todo o possível para atender à demanda por meio do projeto Eleitor do Futuro. Ressaltou ainda que é necessário formalizar a demanda por meio de requerimento endereçado ao TRE/AP e solicitou ao Diretor da Escola Vidal de Negreiros fazer esse requerimento.

A Dr^a Ariadne pediu aos estudantes que adiassem um pouco as eleições na escola para haver tempo hábil no atendimento da demanda. Finalizou dizendo que após as eleições estudantis, o TRE virá diplomar os representantes eleitos.

7 - O Vereador Marcelo, do município de Pracuúba, pediu a palavra e cumprimentou a todos. Lembrou que nas eleições passadas (em 2022), para os cargos de deputado federal e estadual, ocorreu um fato atípico no Estado do Amapá. Alguns candidatos a deputado tiveram uma votação expressiva e não conseguiram se eleger. Perguntou como seria feita a divisão das cadeiras e o coeficiente eleitoral para vereador nas próximas eleições.

O Presidente respondeu ao vereador Marcelo que o TSE já elaborou as Resoluções que tratam desse tema. No entanto, quando da aprovação, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional essa lei que possibilitou o fato narrado. Comunicou que, nas eleições passadas, quatro candidatos do Amapá obtiveram menos votos e acabaram assumindo cargos legislativos em decorrência dessa minirreforma eleitoral aprovada na última eleição pelo Congresso Nacional. Basicamente, essa minirreforma estabelecia que os partidos políticos poderiam pegar um político “bom de voto” como âncora para se elegerem com mais facilidade. Isso possibilitava que um determinado candidato com 5 mil votos se elegeisse em detrimento de outro com 15 mil votos por conta da supracitada estratégia partidária. Informou ainda que o STF declarou a inconstitucionalidade desse regramento e, até aquele momento, valiam as regras anteriores à minirreforma.

Finalizou dizendo que o TSE expedirá normativos (resoluções) para as regras destas próximas eleições e isso será divulgado para conhecimento geral.

8 - Em seguida, o Sr. Joel Cirilo pediu a palavra e solicitou aos representantes do TRE informações sobre o fato de algumas seções ficarem muito sobrecarregadas de eleitorais durante o dia das eleições, evidenciando que estas comportavam um número muito grande de eleitores, enquanto outras possuíam um número bem reduzido. Ele questionou como o TRE/AP está abordando essa questão para as Eleições 2024, destacando que isso gera cansaço e desgaste aos eleitores das seções maiores.

O Presidente respondeu que esta situação seria verificada e resolvida após o fechamento do cadastro eleitoral no dia 08 de maio. Após esse prazo, o TRE poderá relocar os eleitores das seções com maior número de votantes para aquelas com menor quantidade. Ele também solicitou que todos evitem deixar para

a última hora qualquer operação relacionada à transferência, revisão ou obtenção do título (inscrição), deixarem para fazer essas operações nos últimos dias, o sistema ficará sobrecarregado e lento, e isso vai trazer lentidão no atendimento, gerando enormes filas, prejudicando servidores e eleitores. Dessa forma, todos perdem.

9 - O Vereador Cássio, do município de Pracuúba, solicitou uma ação itinerante dos órgãos públicos para atender à comunidade local, especialmente para a emissão de documentos como RG e Título Eleitoral. Ele relatou que atualmente as pessoas precisam se deslocar até o município de Tartarugalzinho para emitir o RG e até o município de Amapá para tirar o Título Eleitoral. O vereador solicitou que se verifique a possibilidade de instalar uma ação permanente no município para atender à emissão desses e outros documentos.

O Presidente agradeceu ao Vereador pela colaboração e informou que no dia anterior ocorreu uma reunião com o Chefe de Cartório da 1ª ZE, Tadeu Rocha, onde ficou acertada a realização da ação itinerante do TRE no município de Pracuúba para inscrição, transferência e revisão eleitoral. Ressaltou que esse atendimento já estava ocorrendo naquele dia na comunidade de Pracuúba. Quanto à questão da realização da ação itinerante com outros órgãos para emitir RG e outros documentos, informou ao Vereador Cássio que o TRE encaminharia essa demanda ao presidente do Tribunal de Justiça, visando realizar essa ação em parceria com outros órgãos. Finalizou informando que essas ações itinerantes são sempre realizadas pelos municípios do Estado, trazendo ótimos resultados, pois aproxima a comunidade da Justiça e das demais Instituições.

10 - O Vereador Darinto Oliveira, do Município de Pracuúba, fez uso da palavra e cumprimentou os presentes na audiência pública. Em seguida, solicitou ao Tribunal a instalação de um Cartório Eleitoral em Pracuúba. Salientou que o município é um dos poucos que não tem Cartório, o que inviabiliza os serviços da Justiça Eleitoral na região e dificulta a vida dos cidadãos, pois precisam se deslocar até o município de Amapá para resolver suas questões eleitorais.

Além disso, apontou outra demanda: a abertura de contas durante o período eleitoral. Informou que só há uma agência bancária do Banco do Brasil na região (em Amapá), atendendo também aos municípios de Calçoene e Tartarugalzinho. Isso gera excessivo movimento de candidatos e tumultos no atendimento. Na última eleição foi necessário acionar a polícia para controlar a situação.

Por fim, solicitou apoio do TRE para resolver essas questões.

O Presidente agradeceu ao vereador Darinto pela contribuição e informou que as demandas serão registradas em ata e verificadas pelo Tribunal. Quanto à abertura de contas eleitorais, esclareceu que está ciente das dificuldades enfrentadas pelos candidatos devido à única agência bancária disponível na região.

Comunicou ainda sobre os esforços dos Prefeitos Carlos Sampaio (Amapá) e Bruno Mineiro (Tartarugalzinho) para ter uma agência bancária da Caixa em Tartarugalzinho após as eleições deste ano - algo que poderia ajudar com essa questão.

Ele lembrou aos presentes sobre a prioridade no atendimento aos candidatos durante o período eleitoral e orientou buscar auxílio junto ao Juiz ou Promotor Eleitoral caso persistam as dificuldades com abertura das contas na agência bancária local.

11 - Após, o vereador Maurício Sucupira, do município de Amapá, fez sua intervenção, cumprimentou a mesa e questionou o Presidente sobre a possibilidade de votação para aqueles que não realizaram a biometria e o cadastramento neste ano.

O Presidente respondeu à pergunta do vereador Maurício, esclarecendo que embora a biometria seja crucial no processo eleitoral por ser uma das formas mais seguras de identificação do eleitor, aqueles que ainda não fizeram a biometria poderão votar. O reconhecimento do eleitor sem biometria será feito por meio da apresentação dos documentos oficiais aceitos pela Justiça Eleitoral. Na ocasião da votação, o eleitor poderá se identificar com um documento contendo fotografia, como RG, Passaporte ou Carteira de Trabalho. Além disso, enfatizou que ninguém será prejudicado por não ter realizado a coleta da biometria e reforçou que todos os eleitores poderão exercer seu direito ao voto normalmente.

O Presidente aproveitou para abordar o assunto do transporte de eleitores e informou que a fiscalização será intensificada nesse aspecto. Apenas a Justiça Eleitoral está autorizada a realizar o transporte de eleitores. Portanto, veículos alternativos terrestres ou aquáticos (como lanchas) e transporte via aplicativo

(Uber) não podem transportar eleitores sem estar corretamente cadastrados e autorizados pela JE. Salientou também as conversas mantidas com os prefeitos para cadastrar os veículos destinados ao transporte dos eleitores sob pena de incorrer em crime grave sujeito à prisão.

Após as manifestações anteriores, o Presidente concedeu aos membros da mesa oportunidade para considerações finais.

Primeiramente, o Prefeito de Amapá, Carlos Sampaio, fez uso da palavra. Cumprimentou todas as autoridades e a comunidade presente, ressaltando a importância da audiência pública no município de Amapá. Agradeceu a iniciativa do TRE e citou o Des. João Lages ao afirmar que o Tribunal saiu de sua zona de conforto para realizar esse importante evento.

O prefeito enfatizou que a comunidade tem a oportunidade de relatar seus problemas e apresentar demandas às autoridades estaduais e municipais durante essa audiência pública. Destacou também que os assuntos abordados vão além da questão eleitoral, abrangendo diversos temas relacionados à municipalidade e à esfera estadual.

Sobre as demandas específicas, informou que está sendo construído o primeiro ginásio municipal em Amapá e que o município terá pelo menos quatro quadras para prática esportiva em diferentes bairros. Além disso, mencionou a criação de um Centro de Convivência de Múltiplo Uso que atenderá demandas culturais e esportivas da comunidade.

O prefeito também destacou parcerias com as prefeituras vizinhas visando melhorias na área da saúde, educação (inclusive com instituições de nível superior já instaladas na região), entre outros aspectos das políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Concluindo sua fala, reforçou a importância da audiência pública tanto para a comunidade quanto para os gestores públicos. Disse que é preciso que a população exerça o seu direito ao voto e que cobre sempre o gestor público, pois é através da escolha pelo voto que se muda a realidade das pessoas. O voto tem um poder muito grande na transformação da qualidade de vida das pessoas e é preciso que seja exercido de maneira séria para que a população eleja os seus representantes e que eles trabalhem em prol do bem comum.

Agradeceu pela oportunidade de se manifestar e ouvir a população, lembrando das conquistas, avanços, dificuldades e reconhecendo o que precisa ser melhorado. Ao final, destacou a importância da participação ativa dos jovens como eleitores do presente, capazes de influenciar os novos gestores para cuidar da vida das pessoas, não só no município de Amapá, mas em todo o Estado.

Nas considerações finais, o Vice-Prefeito de Pracuúba, Elomar Moraes saudou os presentes e agradeceu pela oportunidade de participar pela primeira vez de um evento relevante para a região. Ele informou que está representando o Poder Público Municipal em virtude do acidente automobilístico sofrido pelo Prefeito de Pracuúba. Comunicou ainda que a prefeitura estará adequando os espaços, os meios de transportes para que, no dia da eleição, todo eleitor possa chegar ao seu local de votação e exercer a sua cidadania. Agradeceu as pessoas de seu município que vieram à audiência, vereadores, a comunidade em geral. Por fim, agradeceu também à Justiça Eleitoral por propor esse momento para todos.

O Prefeito de Tartarugalzinho, Bruno Mineiro, saudou a todos e agradeceu a oportunidade de participar da audiência pública. Ele lembrou que o TRE já esteve em seu município, na região do Aporema, com uma estrutura semelhante da Justiça Eleitoral, realizando uma oitiva e escutando a comunidade. Ressaltou que as audiências são interessantes, diferentes e propositivas, gerando excelentes resultados. Acrescentou que não tinha dúvidas de que os resultados positivos também seriam notados nas comunidades de Amapá, Pracuúba e nos demais municípios visitados pelo evento do TRE. Enfatizou que é por meio desse tipo de interação comunitária que os benefícios públicos chegam à população - como atendimento médico de qualidade, educação eficaz e serviços sociais adequados.

Observou ainda que a vinda do TRE para os municípios e comunidades, e não apenas para as sedes municipais, demonstra a importância que o órgão atribui a esse momento. O prefeito lembrou que desde a passagem da caravana do TRE em Tartarugalzinho muitos problemas foram resolvidos ou amenizados, como a questão da pesca predatória, onde já foi solicitado um aumento do efetivo do batalhão ambiental. Outro problema que a comunidade do Aporema enfrentava era a falta de uma enfermeira permanente na comunidade, mas isso já foi resolvido. Isso mostra realmente a importância das audiências públicas que o TRE

tem realizado e dos resultados alcançados. Disse não ter dúvidas de que a comunidade irá perceber as melhorias no Distrito do Lourenço e também no município de Amapá. Finalizou sua fala ressaltando o que disse o Prefeito Carlos Sampaio (Amapá): "Estamos trabalhando muito em conjunto, juntamente com Calçoene e Pracuúba, na busca por benefícios para a região, porque são municípios pequenos e precisam dessa parceria para ter mais força para enfrentar os desafios presentes e futuros". Lembrou ainda que na área da educação, a região tem alcançado significativos avanços com a vinda da UEAP (Universidade Estadual do Amapá) e com a futura instalação do IFAP (Instituto Federal do Amapá), que atenderá toda a Região dos Lagos.

O Presidente passou a palavra à Vereadora Lidiane Oliveira Nunes, Presidente da Câmara Legislativa de Pracuúba, e registrou que a vereadora é uma das mulheres que presidem o legislativo municipal no Estado.

A Vereadora Lidiane Oliveira Nunes cumprimentou a todos e ressaltou a importância de participar da audiência pública. Disse que esse é o momento de trazer as dificuldades da comunidade e reivindicar por melhorias. Falou sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres na política e convidou-as a participarem mais ativamente como candidatas. Mencionou que apesar do momento para expor os problemas da comunidade já ter passado, gostaria de registrar as dificuldades enfrentadas pelos moradores locais em relação ao transporte regular durante as eleições. Informou que a região é extensa com muitos residentes, solicitando um aumento na oferta de transporte aos eleitores pelo TRE. Além disso, requisitou um funcionário para acompanhar esse trajeto visando evitar constrangimentos aos eleitores durante o processo eleitoral. Destacando também a prática frequente de boca de urna nesse período, apesar de ser proibida.

Agradeceu ao TRE pela aprovação do seu pedido para instalação de uma nova seção eleitoral na comunidade Porto Franco e ressaltou ainda o pedido feito pelo colega vereador quanto à instalação de uma sala atendimento da Justiça Eleitoral no município, destacando a existência do espaço físico adequado após reformas recentes. Reiterou sua solicitação visto que beneficiaria significativamente toda a comunidade.

Ao final, demonstrou grande preocupação com o aumento do número de eleitores (4.000, quatro mil), em comparação aos pouco mais de 5.000 habitantes do município, conforme o último censo demográfico. Solicitou à Justiça Eleitoral uma verificação, considerando essa situação bastante preocupante. Concluiu mencionando que pessoas podem estar solicitando transferências de forma irregular e alertou que essa prática pode desequilibrar e influenciar o resultado das eleições. Enfatizou que os eleitores que realizam tais ações não têm conhecimento da realidade local e depois partem, influenciando a vida da população local. Portanto, reiterou a necessidade de a Justiça Eleitoral realizar uma verificação in loco por meio de fiscalização diante da gravidade do problema apresentado. Destacou também que essa prática é bastante comum em ano de eleição e expressou seu agradecimento pela iniciativa da Justiça Eleitoral ao trazer a audiência pública para aquela região.

Pedindo desculpas aos demais membros da mesa pelo horário avançado, o Presidente passou a palavra ao Desembargador Carlos Tork para suas considerações finais.

O Excelentíssimo Des. Carlos Tork saudou e agradeceu aos presentes na audiência pública, bem como a toda a equipe do TRE pelo convite para participar da caravana que começou no Distrito do Lourenço e termina no município de Amapá. Parabenizou a equipe por ter retomado as audiências públicas e ressaltou sua importância para o diálogo direto com os cidadãos, eleitores e políticos. Além disso, enfatizou que os políticos são a base da democracia e que não há democracia sem representação política. Lembrou ainda que a Justiça Eleitoral, como guardião da democracia, tem o papel precípua de protegê-la. Reconheceu que pode ser um pouco desagradável ser o "estraga prazer" da festa, mas destacou que se todos se comportarem adequadamente, todos poderão participar da festa. Salientou a importância de todos se adequarem à legislação para tornar a festa da democracia perfeita. Agradeceu a todos os envolvidos na realização da audiência pública, em especial aos servidores da Justiça Eleitoral pela disponibilidade em orientar eleitores, políticos e partidos políticos em suas demandas. Expressou gratidão também à direção da escola por ceder o espaço físico para o evento e aos alunos por participarem ativamente apresentando suas demandas e sugerindo soluções para os problemas enfrentados na comunidade.

O Excelentíssimo Sr. Presidente, Desembargador João Lages, agradeceu em nome da Justiça Eleitoral às autoridades presentes, aos Juízes e Juízas Membros do Tribunal, ao Juiz e ao Promotor da Zona Eleitoral, à Deputada Estadual, Prefeitos e Vereadores, aos alunos e a toda comunidade em geral. Destacou que tal

como mencionado por Des. Carlos Tork, a Justiça Eleitoral é a guardiã da democracia e cabe a ela tornar seus serviços acessíveis a todos. Ressaltou que através do trabalho célere e eficiente da Justiça Eleitoral, aliado à participação da população e dos políticos, é gerado um trabalho de excelência cujos resultados são extremamente significativos para a sociedade. Este trabalho foi reconhecido e premiado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ com o prêmio “Selo Diamante”, atribuído ao Tribunal Regional Eleitoral do Amapá como sendo o 2º melhor tribunal do Brasil dentre 91 Tribunais existentes no país. A diferença para o 1º colocado no ranking foi de apenas 1,2 décimos. Informou que com o empenho contínuo de todos os envolvidos no processo de excelência, este ano o TRE/AP alcançará o 1º lugar geral. Salientou que se isso acontecer não apenas o TRE ganhará, mas também todos aqueles que utilizam os serviços da JE ou são seus parceiros. Finalizou expressando gratidão a todos os que contribuíram para o sucesso da Audiência Pública e comunicou que todos serão informados dos resultados alcançados. Desejou um excelente final de semana para todos presentes na audiência pública antes de declarar seu encerramento.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO GUILHERME LAGES MENDES**, **Presidente**, em 18/07/2024, às 18:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0826752** e o código CRC **E3AC0B31**.